

Luiz Carlos Haully defende a Reforma Tributária



Recebido pelo Sinepe/PR no dia 20 de agosto para entrega do documento "Brasil do Futuro", o deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB) é candidato a reeleição pela oitava vez à Câmara Federal.

Perfil

Luiz Carlos Jorge Haully nasceu em Cambé, norte paranaense, em 1950. É casado com a professora universitária Dra. Maria Célia de Oliveira Haully. Formado em Economia e Educação Física pela UEL, Haully participou ativamente da luta pela redemocratização do Brasil. Sua carreira como líder político paranaense começou em 1972 quando foi eleito um dos mais jovens vereadores pelo extinto Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Cambé. Em 1982 é escolhido para ser o prefeito pelo PMDB destacando-se como líder municipalista.

Sua gestão é reconhecida por organizações governamentais e não -governamentais como o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e tendo recebido a Medalha do Mérito na Assistência ao Estudante -FAE/MEC - em 1985, pelo excelente trabalho desenvolvido nas áreas de educação, saúde e assistência social. Pela sua liderança estadual ele passa a liderar a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, entre 1987 a 1990, sendo ainda o presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná, que assumiu a 7ª posição no ranking entre os bancos brasileiros.

Assumiu o mandato de deputado federal pela primeira vez em 1991, tendo Londrina como sua base eleitoral. Reeleito por duas vezes para ser o representante do Paraná na Câmara Federal. Em Brasília

notabiliza-se por onze vezes ser escolhido como um dos "cabeças" do Congresso Nacional, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). É um dos 14 congressistas que aparecem na lista desde 1993 tendo se destacado como formulador e debatedor. Recebeu indicações por sua atuação parlamentar da revista VEJA e ÉPOCA, além do jornal Folha de São Paulo que o classificou como "muito atuante".

Haully foi eleito, em 2010, pelos paranaenses para o sexto mandato consecutivo com 116 mil 165 votos, ou 2,5% dos votos válidos.

Haully foi Secretário da Fazenda do Paraná, no Governo Beto Richa, de janeiro de 2011 a outubro de 2013. Além de alcançar o equilíbrio financeiro, Haully participou da formulação do Programa Paraná Competitivo que, em poucos mais de dois anos, atraiu mais de R\$ 30 bilhões em novos investimentos com a geração de 180 mil novos empregos. Ele também ajudou a criar o sistema tributário que tornou o Paraná, segundo pesquisa CNI-Sebrae, o melhor Estado para criar e operar uma microempresa. À frente da Secretaria da Fazenda, Haully introduziu diversas medidas para modernizar a máquina do Estado.

Contando mais uma vez com o grande apoio dos paranaenses, em 2014 Haully foi eleito para cumprir o seu 7º mandato consecutivo no período 2015-2018.

Na entrevista a seguir, o deputado Haully aborda suas principais propostas e visões para o Brasil e o setor educacional privado.

Como começou sua relação com o setor da educação privada?

Teve início na luta nacional pela micro e pequena empresa, no final da década de 1990. É de minha autoria a inclusão das escolas básicas, creches no simples federal. Fizemos uma aproximação com todo o setor, em especial com o professor Ademar Pereira, hoje presidente da FENEP, e a professora Esther Cristina Pereira.

Eu era professor, fui pra economia, virei economista e entrei na vida pública, sempre ligado à minha origem no magistério e na questão educacional. Minha família também sempre foi ligada ao magistério.

Como estou no Congresso há 27 anos, acabei me aproximando de setores privados como o SINEPE e a FENEP. Estive presente em Maringá no evento de lançamento da Rede Maior FENEP, fiz um pequeno discurso.

Faça um resumo da sua atuação pela criação da Lei do Simples.

Na Lei do Simples Federal, naquele tempo ainda sem o Estado e os Municípios, acabamos

aproximando ainda mais. Também fui relator da LDB (Lei das Diretrizes de Base), e continuamos com essa discussão agora com a Reforma Tributária.

Em que estágio está a Reforma Tributária?

Estamos em fase final após 30 anos de debates, estudos e discussões. Participei de todas as comissões temáticas sobre a reforma no Congresso Nacional nos últimos 27 anos, e antes, na Constituinte, como secretário da Fazenda do Paraná, cargo que ocupei por duas vezes. De 1987 a 90, no governo Alvaro Dias, e no início do primeiro governo Beto Richa, 2011 a 2013.

O senhor poderia explicar os principais pontos da reforma?

A simplificação é o coração da Reforma Tributária. Temos três bases universais no sistema tributário: propriedade, renda e consumo. São dessas bases que surge a arrecadação da União, estados e municípios, com os impostos e contribuições.

No caso da base de consumo, é onde estão 54,4% da arrecadação nacional com nove tributos: ISS, ICMS, IPI, PIS, CONFINS, SIDE, PASEP, IOF, salário educação. Eles representam 13% do PIB brasileiro. Estamos propondo o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), débito e crédito da origem para o destino, isso acaba com a guerra fiscal entre estados e municípios, as alíquotas serão por fora, e será apenas uma cobrança no destino, no estabelecimento do consumo e do consumidor.

O sistema novo será totalmente eletrônico, com entradas e saídas contabilizadas como numa conta bancária, e o débito e crédito será financeiro, não mais escritural como é hoje. Acaba com o ato declaratório, fica um sistema mais simples e tecnológico. E ainda reduzindo impostos da base de consumo dos trabalhadores, como comida e remédio com impostos zero ou próximos de zero, máquinas e equipamentos também. Unir a carga tributária com a devolução para a população da baixa renda do imposto cobrado no consumidor final, no tipo de nota eletrônica no modelo Nota Paraná ou Nota Paulista.

Mas ao invés de sorteio de prêmios, faremos a devolução direta para o cidadão de baixa renda que tem uma carga muito grande. Tudo que se tributa no consumo vai pro preço, e o que vai pro preço aumenta conforme o cidadão é mais pobre: proporcionalmente, quem ganha menos paga mais, quase o dobro de impostos pros ricos.

Em relação ao IVA, como está a adesão dos presidentiáveis?

O IVA está sendo proposto por vários candidatos com quem tive oportunidade de falar, como Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Alvaro Dias... O próprio presidente Michel Temer e o conselho da República, fiz essa catequização do Brasil.

Também temos o ponto de fundir o IR com a contribuição sobre a contribuição sobre lucro líquido, há uma série de itens, mas basicamente é isso.

O que o senhor destacaria, especificamente, sobre as escolas particulares?

O pleito das escolas particulares é que não sejam tão carregadas de impostos, e farei o meu melhor para conseguir esse tratamento na reforma tributária, bem como a micro empresa vai continuar tendo, desde quando eu fiz a lei do Super Simples, em 2006.